

# TODO MUNDO QUER OS ROYALTIES DO PRÉ-SAL

Candidatos à Presidência têm visões diferentes de como aproveitar a maior descoberta mundial de petróleo desde a década de 70

Nicola Pamplona / VITÓRIA

**P**rimero produtor comercial de petróleo do pré-sal, o Espírito Santo já começa a sentir os efeitos da exploração da maior jazida descoberta no mundo desde a década de 70: a indústria petrolífera responde hoje por cerca de 1/3 do crescimento da produção industrial do Estado e promete R\$ 32 bilhões em investimentos até 2014. A diversificação da economia do Estado, dependente de celulose e minério, é vista como trunfo para manter o ritmo no futuro.

Diante desse cenário, é natural que o Espírito Santo tenha surgido como uma das vozes mais ativas nas discussões sobre o pré-sal, principalmente no que diz respeito à distribuição dos royalties. Debate que deve representar um dos primeiros desafios do novo governo que toma posse em 2011.

“Oveto presidencial (à emenda que altera a distribuição dos royalties mesmo dos contratos já assinados) seria uma importante vitória, mas não encerra a questão. Depois teremos de sentar à mesa e discutir algum benefício a Estados e municípios produtores mesmo na receita sobre o pré-sal”, disse ao **Estado** o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, referindo-se à promessa do presidente Lula de vetar a emenda.

“O timing político deixou essa decisão para o próximo governo. O cerne dos quatro projetos deve passar no Congresso, mas faltará uma série de detalhes a decidir e os royalties, certamente, serão o principal problema”, comenta o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Helder Queiroz, especializado no setor de petróleo. Os projetos relativos ao Fundo Social e ao contrato de partilha permanecem na Câmara, emperrados pela discussão dos royalties.

Há muitas dúvidas no mercado com relação à possibilidade de aprovação dos projetos ainda este ano, por causa de uma natural inércia em Brasília no período entre as eleições e a posse do novo governo – são questões que necessitam de pressão do Executivo sobre o Congresso para aprovação. Se fica-

rem para o ano que vem, as mudanças radicais propostas por Lula nos contratos podem cair no esquecimento, caso a vitória seja da oposição. Isso porque é conhecida no mercado a rejeição da equipe energética de José Serra aos contratos de partilha. “É para esse clube que queremos entrar?”, questionou em evento há duas semanas o consultor David Zylbersztajn, que representava a candidatura Serra em evento no Rio, referindo-se à Venezuela, Irã e Líbia, entre outros países que usam o modelo proposto. Diretor da ANP no governo Fernando Henrique Cardoso, Zylbersztajn é tido com um dos formuladores da política energética tucana.

**Discórdia.** Em jogo estão visões diferentes sobre o aproveitamento da maior descoberta mundial de petróleo desde a década de 70, que pode representar oportunidade ímpar de desenvolvimento da economia brasileira. O PSDB foi responsável pelo fim do monopólio estatal e abertura do setor às empresas estrangeiras – processo tido por muitos como o fator que deu as bases para a descoberta do pré-sal. O PT foi contrário à mudança e quer deixar como legado a reversão, pelo menos parcial, desse cenário.

Independentemente do modelo, porém, o mercado acredita que o pré-sal terá potencial para espalhar o desenvolvimento que já vem ocorrendo no Espírito Santo. A questão do conteúdo nacional, uma das principais bandeiras eleitorais do PT, é hoje consenso nas duas vertentes – a ponto de José Serra ter dito, no primeiro debate entre os candidatos, que aprova e que quer intensificar esse processo. E, no fim das contas, a exploração das reservas continuará demandando equipamentos e serviços, independentemente de quem for o contratante.

Mesmo em fase inicial, a demanda gerada pelo pré-sal já produz números expressivos, como a contratação de 28 sondas de perfuração de águas profundas e 10 navios-plataforma de produção, todos eles para projetos operados pela Petrobrás. Cada embarcação demanda um sem-número de equipamen-

tos de variados graus tecnológicos e de serviços. Apenas no Espírito Santo, cerca de 2 mil empresas, em 28 municípios, têm contratos de R\$ 4 bilhões para fornecimento ao setor.

O ponto que demandará maior esforço conciliatório será, portanto, a distribuição dos royalties. Rio, Espírito Santo e São Paulo calculam em R\$ 10 bilhões as perdas com a mudança no regime segundo a proposta em avaliação hoje na Câmara. Do outro lado, Estados não produtores buscam uma fatia na receita gerada pela maior riqueza nacional.

O governador fluminense, Sérgio Cabral, classificou a proposta de mudança como “um assalto” ao Estado. Candidato, José Serra preferiu não polemizar, embora tenha se juntado ao grupo dos contrários às alterações. “Não beneficiar os produtores é inconstitucional, os royalties são compensações previstas na Constituição”, comentou Hartung, dizendo que já tem pronta uma Ação de Inconstitucionalidade para tentar reverter uma eventual aprovação da proposta.

Só no Espírito Santo, algo em torno de 2 mil empresas, em 28 municípios, têm contratos de R\$ 4 bilhões para fornecer equipamentos ao setor de petróleo



# À PROCURA DE UM CÂMBIO QUE FECHÉ AS CONTAS

Resultado da conta corrente depende basicamente de a balança comercial ser suficientemente superavitária para compensar o déficit da balança de serviços

**Fernando Dantas** / RIO  
**Paula Pacheco** / SÃO PAULO

O próximo presidente vai administrar uma economia deficitária em relação ao resto do mundo, segundo a projeção praticamente consensual dos economistas. No governo Lula, o País teve superávit em conta corrente nos primeiros cinco anos, déficit inferior a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 e 2009, e em 2010 caminha para um déficit de 2,5%, segundo a projeção do Itaú Unibanco. Em 2011, é provável que o Brasil trabalhe com déficits em conta corren-

te entre 3% e 4% do PIB.

O saldo em conta corrente é a soma dos saldos da balança comercial; da balança de serviços, onde estão itens como juros, dividendos, fretes e seguros; e das transferências unilaterais, basicamente remessas de imigrantes. O grosso vem das balanças comercial e de serviços. Nesta segunda, o Brasil é estruturalmente deficitário, em razão de juros e dividendos enviados ao exterior. Assim, o resultado da conta corrente depende basicamente de a balança comercial ser suficientemente superavitária para compensar o déficit de serviços.

O governo Lula começou em 2003 com um saldo comercial de US\$ 24,8 bilhões, que cresceu até US\$ 46,6 bilhões em 2006.

O sucesso da política econômica, porém, levou a uma aceleração do crescimento que

impulsionou as importações até o ponto em que elas começaram a se expandir mais velozmente do que as exportações. O saldo comercial caiu até US\$ 25,3 bilhões em 2009, e, desde 2008, já não é suficiente para tornar a conta corrente superavitária.

A equipe econômica do novo presidente, portanto, vai se ver, logo na saída, diante do dilema de aceitar a dependência brasileira do financiamento do resto do mundo, representada pelo déficit em conta corrente, ou tentar empreender uma mudança bastante radical para alterar esse quadro.

Dado o sucesso do modelo de câmbio flutuante e metas da inflação, a maior parte dos analistas considera improvável que o novo governo opte pela segunda opção. Mesmo as constantes críticas do candidato do PSDB, José Serra, ao câmbio valorizado, uma importante consequência da receita econômica atual do Brasil, não são vistas como uma ameaça real ao atual modelo.

"Não há controvérsia nestas eleições sobre o regime cambial, fiscal e monetário, e isso é um enorme avanço, um amadurecimento da discussão econômica muito forte", diz Darwin Dib, economista do Departamento de Pesquisa do Itaú Unibanco.

Em um relatório de novembro do ano passado, o Itaú Unibanco fez uma análise das contas externas, com o horizonte em 2020. A visão básica, que se mantém, é a de que o déficit em conta corrente atingirá o nível de 4% do PIB num prazo relativamente curto, e deve ficar próximo desse patamar por alguns anos, recuando depois para o nível de 3%. Hoje, as projeções oficiais do banco são de 3,7% para 2011 e 4% para 2012.

Dib acha que o déficit em conta corrente reflete a disposição do mundo em financiar o aumento da taxa brasileira de investimentos do atual nível de 19% do PIB para algo em torno de 22%. Isso, por sua vez, está ligado a grandes oportunidades de negócios rentáveis em áreas como consumo popular, petróleo do pré-sal e infraestrutura.

Particularmente, a preparação para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 deve accele-

rar os investimentos. Ele considera que o câmbio flutuante levaria a uma desvalorização automática e não traumática, caso o déficit em conta corrente se tornasse excessivo em relação à capacidade de o Brasil obter financiamento internacional.

Alguns economistas, porém, se preocupam com a valorização do real - tipicamente, a moeda forte corresponde à fase em que um país consegue financiar bem o seu déficit em conta corrente, já que o câmbio valorizado significa que o dinheiro externo está entrando em volumes mais do que suficientes.

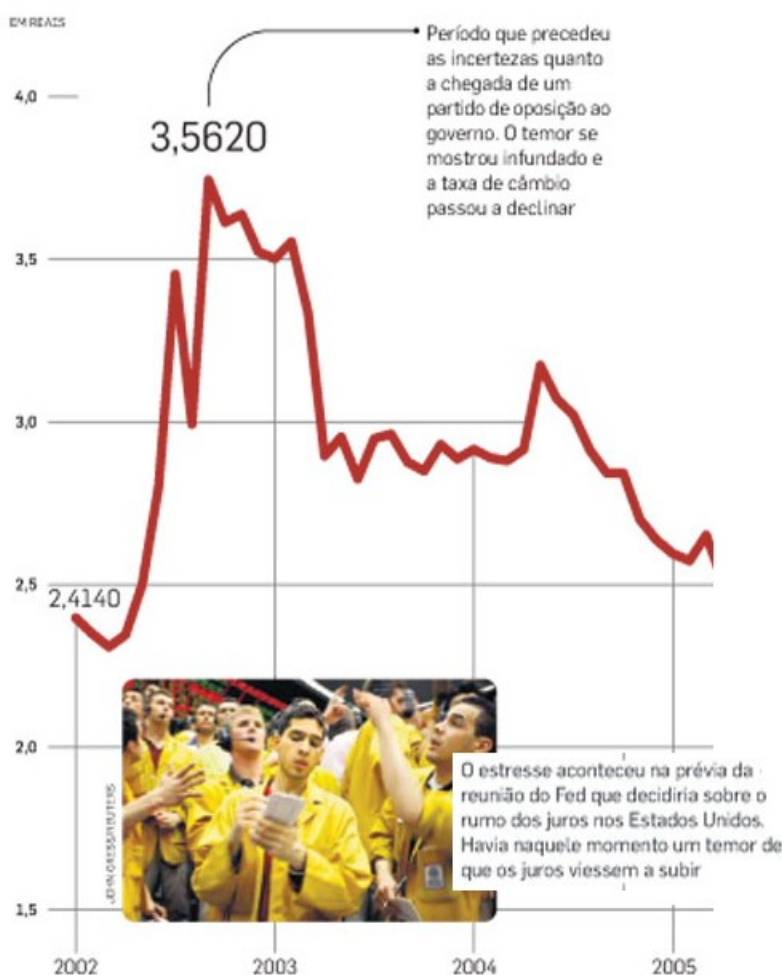
**Vida real.** O câmbio é um problema de grandes proporções para as empresas exportadoras. A Cutrale, processadora de suco de laranja, é uma das afetadas. Segundo Carlos Viacava, diretor corporativo da empresa, o ideal seria que o câmbio estivesse na casa dos R\$ 2,20 a R\$ 2,30. "Essa política cambial é trágica para o agronegócio. A economia brasileira sofre com um dólar tão baixo."

Para David Kupfer, coordenador do grupo de indústria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o nível atual do câmbio está muito valorizado, o que é prejudicial. "A desindustrialização, que não é tão visível, será inevitável com a manutenção dessa situação cambial atual."

Marlin Kohlrausch, presidente da Bibi, de calçados infantis, lamenta a taxa cambial. Com a valorização do real, suas exportações caíram cerca de 50% nos últimos anos. "Tentamos compensar com o mercado interno, mas as perdas são grandes. As exportações, que antes representavam 25% do faturamento, hoje colaboram com apenas 15%."

Para Herbert Karly, presidente da Madal Palfinger, indústria de guindastes, o dólar baixo é ruim para a estratégia de exportação da empresa. "Passamos a importar mais matéria-prima. A redução de custo ajudou a compensar as perdas."

## COMPORTAMENTO DO CÂMBIO



\*Média de mês até o dia 20

FONTE: IFC CONSULTORES / FÁBIO SILVEIRA

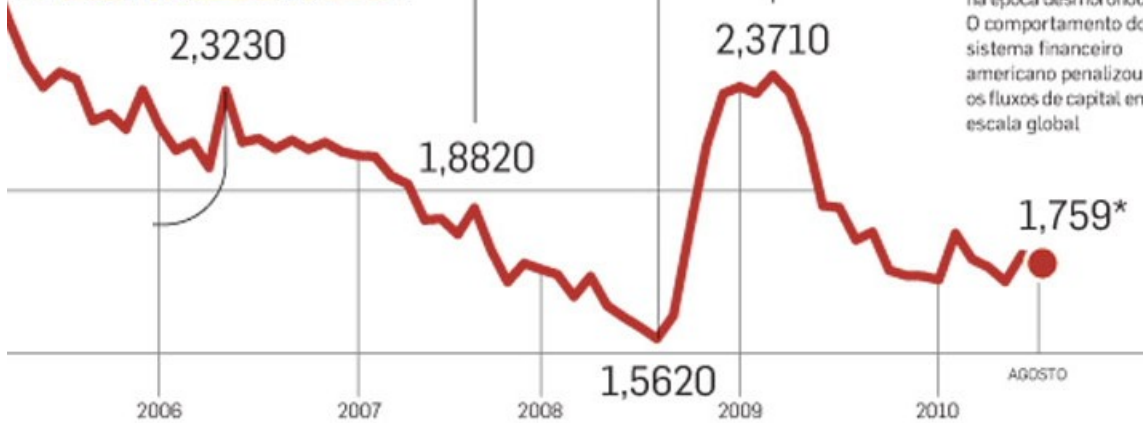
Começam a surgir os primeiros indícios de desarticulação da economia com a crise do subprime – sistema imobiliário americano. A atmosfera começou a se contaminar com os sinais mais evidentes de uma eventual crise no mercado



A. STAPLETON/REUTERS

A taxa de câmbio foi reflexo de uma alta contração da oferta de liquidez no plano internacional e nacional – ainda por conta das incertezas causadas pela crise na economia americana

O comportamento do câmbio estava relacionado ao aperto de liquidez no mercado internacional. A contratação de crédito na época desmoronou. O comportamento do sistema financeiro americano penalizou os fluxos de capital em escala global



# PARA NÃO REPETIR VELHOS ERROS

Não é a primeira vez que o País vive momento de euforia. Foco agora é a busca da competitividade

Raquel Landim / SÃO PAULO  
Fernando Dantas / RIO

**P**ela primeira vez, desde a redemocratização, “consertar” uma economia doente não é a prioridade de nenhum dos candidatos a presidente. Na verdade,

mesmo com o outro presidencialismo ou déficit externo, o desempenho econômico brasileiro de vilão dos debates das décadas, tornou-se aguçado não é sobre como ganhar, mas sim como, e dar sustentabilidade com estabilidade criação de milhões de empregos em 2004. Ou, mencionar a competitividade da mais a economia.

O foco do debate sa de curto prazo, como nenhum dos principais para mexer no tripé mac inflação, câmbio flutu

rio. Agora o holofote está – ou deveria estar – nas questões de longo prazo, como infraestrutura, papel do Estado, qualidade da força de trabalho, poupança pública, financiamento do investimento, pesquisa e inovação.

“A estabilidade alcançada pelo Brasil e consolidada na alternância de poder nos permite olhar para o futuro pela primeira vez em

blico e dos órgãos de controle, de tal forma que o investimento público não fosse obstruído por uma virtual necessidade de ser aprovado por unanimidade por todas as partes envolvidas direta ou indiretamente.

**Poupança.** Do ponto de vista macroeconômico, o grande problema atual do Brasil é a baixa capacidade de poupança (atribuída ao Estado “gastador” pelos mais liberais). Uma economia precisa poupar e investir o que economizou para consumir mais no futuro. A taxa de investimento brasileira está em 19% do PIB e um dos maiores desafios é elevá-la para 22% a 25%. Sem poupança interna, esse investimento será financiado por capital estrangeiro, o que equivale a produzir déficits em conta corrente – problema que atormentou o País na década de 90 e está de volta.

Segundo o presidente do Insper, Claudio Haddad, a política fiscal está “erroneamente” fora do debate eleitoral em 2010. “Por medo ou conveniência, ninguém fala. Não querem falar em reduzir aposentadoria e muito menos em cortar o Bolsa-Família. Não se metem nisso.”

**Mão de obra.** Uma última questão de longo prazo é o capital humano, já que a falta de mão de obra qualificada é um dos gargalos do País. Só recentemente o governo conseguiu colocar todas as crianças na escola, mas a qualidade ainda é sofrível. O Brasil ocupa sistematicamente uma das piores colocações no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). José Márcio Camargo, professor de Economia da PUC-Rio, afirma que a educação é essencial se o País quiser exportar produtos de maior valor tecnológico. “Não dá para competir sem isso.”

e capacidade de competição internacional às empresas brasileiras.

Já o ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore vê com preocupação a tendência de estatização dos últimos anos do governo Lula. “Como o Brasil saiu rapidamente da crise, parece que tiraram a conclusão de que essas políticas sempre produzem crescimento acelerado”, ele diz, referindo-se aos estímulos fiscais (redução de tributos e aumento de despesa pública) e à ampliação do crédito dos bancos estatais na esteira da grande turbulência global.

Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, vai mais longe na crítica à política econômica do segundo mandato de Lula. Para ele, o governo está criando, por meio do BNDES, “um sistema estatal de compadrio”, pelo qual “empresas são beneficiadas em troca de apoio financeiro aos políticos”.

**Agenda micro.** Outro tema importante da estratégia de longo prazo de crescimento da economia, que até agora não apareceu no debate eleitoral, é a chamada “agenda microeconômica”. É assim que ficou conhecida a série de reformas dos mercados de crédito e do ambiente de negócios realizada no início do governo Lula, quando o ministro da Fazenda era Antônio Palocci. Algumas dessas mudanças levaram à criação do crédito consignado, à expansão do crédito imobiliário e à redução das falências. Medidas que permitiram ao Brasil o boom de consumo dos últimos anos, que resistiu, até mesmo, à crise global (e ajudou o País a superá-la).

Para Marcos Lisboa, vice-presidente do Itaú Unibanco, e principal responsável pela agenda microeconômica da era Palocci, a principal reforma institucional para o Brasil hoje seria definir as atribuições do setor pú-

fugirão do debate de longo prazo se o eleitoral, entorpecido pelo bem-estar proporcionado pelo crescimento, não cobrar estratégias claras para transformar a arrancada em um longo ciclo de expansão.

Para alguns dos principais economistas do Brasil, ouvidos pelo Estado, é justamente esse risco de “complacência” a maior ameaça

ômico do País. O con por aí. Enquanto uma cha que o perigo está siva do setor público – undato de Lula um en- um outro grupo defen- liação e o reforço do

grupo de indústria da il do Rio de Janeiro por exemplo, conside- nça de um Estado “ca- prazo e que tenha visão t-ministro da Fazenda n Estado indutor, não

s, a ação do Banco Na- iento Econômico e So- mental para dar escala

1998



#### Câmbio

A “âncora cambial” foi o tema mais quente da eleição. FHC foi acusado pela oposição de manter o real artificialmente fixo ao dólar para ganhar a eleição. Começa o debate sobre o impacto do câmbio forte no desempenho da indústria

1994



#### Inflação

O Plano Real acabava de ser lançado e prometia tirar o Brasil da hiperinflação. Foi fundamental para a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O PT, de Lula, dizia que o Plano Real não daria certo

#### Estabilização

O Brasil teve sua primeira eleição pós-ditadura. Sentiam-se os efeitos do endividamento deixado pela ditadura militar. No governo Sarney, o Brasil enfrentou sucessivos planos frustrados de estabilização

1989



2002



#### **Crescimento**

Com a chegada de Lula ao poder, o real sofreu forte desvalorização e a inflação ameaçou disparar. Pela primeira vez, aparece o debate sobre o crescimento. O último governo FHC enfrentou seguidas crises internacionais

#### **Crescimento sustentável**

Com a estabilidade relativamente garantida pelo câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação, o PIB teve avanços. Mas ainda persistiam temores do “voo de galinha”. Como garantir a sustentabilidade do crescimento?

2010



2006



#### **Competitividade**

É a primeira eleição com estabilidade econômica em meio a um período de crescimento. A discussão é de longo prazo. Como aumentar a taxa de investimento e de poupança da economia brasileira? Como melhorar o ambiente de negócios?